



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

Avaliação de Políticas Públicas
(Resolução nº 44, de 2013)

Proposta de Plano de Trabalho para 2019

“COMÉRCIO INTERNACIONAL AGROPECUÁRIO”

Presidente: Senadora **SORAYA THRONICKE**
Vice-Presidente e Relator: Senador **LUIS CARLOS HEINZE**

1. APRESENTAÇÃO

Em decorrência da aprovação do Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) nº 8, de 2019, de autoria da Senadora SORAYA THRONICKE, nos termos dos arts. 90, inciso IX, 96-B (incluído pela Resolução nº 44, de 2013) e 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão decidiu, em Reunião Extraordinária, realizada em 27/3/2019, selecionar para avaliação, no ano de 2019, a Política de Comércio Internacional Agropecuário, elegendo Relator dessa avaliação o Senador LUIS CARLOS HEINZE.

Brevemente, a avaliação de políticas públicas a ser empreendida por esta Comissão tem por objetivo trazer ao conhecimento público e analisar dados e informações concretas acerca das políticas e ações relacionadas às exportações de produtos agropecuários brasileiros e importações de produtos



SF/19991.75507-90



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze

de outros países, proporcionar o debate sobre a atuação governamental na esfera federal, sua integração com as esferas estaduais e municipais e com a iniciativa privada, e eventualmente propor os aprimoramentos ou inovações necessárias dos marcos legais existentes.

Ressalta-se que a avaliação de uma política pública corresponde, em última instância, ao julgamento dos impactos sobre a vida das pessoas, sobre as empresas, organizações sociais, as cadeias produtivas, sobre as diferentes regiões e a economia do País. Cabe aos gestores das políticas promoverem, por meio de elementos técnicos bem definidos, seu planejamento, a avaliação de seus resultados e as ações necessárias ao seu aperfeiçoamento. São esses os objetivos a serem alcançados pela CRA com a avaliação da Política de Comércio Internacional Agropecuário.

2. OBJETOS DA AVALIAÇÃO

A Constituição Federal (CF) de 1988, em seu art. 22, atribuiu à União a competência privativa para legislar sobre comércio exterior. Complementarmente, o art. 237 da CF estabeleceu que “a fiscalização e o controle sobre o comércio exterior, essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais, serão exercidos pelo Ministério da Fazenda” (atual Ministério da Economia).

No capítulo constitucional que trata do Sistema Tributário Nacional, o art. 153 dispôs que compete à União instituir impostos sobre: I - importação de produtos estrangeiros; e II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados, entre outros. A CF garantiu que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes



SF/19991.75507-90



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze

de exportação, mas incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.

Entretanto, ressalte-se que não é objetivo desta avaliação adentrar o denso terreno da legislação tributária brasileira que trata dos estímulos fiscais à exportação de produtos agropecuários, ou as incidências fiscais sobre produtos agropecuários importados.

Objetivamos com este trabalho avaliar a evolução do agronegócio na balança comercial brasileira, a participação do País no conjunto das exportações e importações mundiais de produtos agropecuários e agroindustriais, o fluxo de produtos e valores entre Brasil e os principais parceiros comerciais, bem analisar os instrumentos de financiamento e mecanismos de apoio à exportação.

Paralelamente objetivamos identificar quais as principais organizações, acordos e convenções internacionais e regionais de comércio, e avaliar seu histórico, seu papel e desempenho atual. No âmbito nacional, o objetivo é identificar a evolução dos principais marcos regulatórios no âmbito da legislação federal, e os que atualmente determinam as estratégias, as políticas públicas, as responsabilidades institucionais no âmbito do Governo Federal e o papel das organizações do setor privado.

Por exemplo, cumpre avaliar como estão estruturadas e quais os resultados e perspectivas das seguintes ações ou políticas públicas, atualmente no âmbito do Ministério da Economia:

- **Plano Nacional da Cultura Exportadora – PNCE;**





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze

- **Vitrine do Exportador – VE**, que tem como objetivo divulgar as empresas brasileiras, seus produtos e serviços no mercado internacional;
- **Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX)**, criados com o objetivo de estimular uma maior participação do empresariado brasileiro no contexto internacional;
- **Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior – Redeagentes**, programa criado com o propósito de difundir a cultura exportadora e estimular a inserção de empresas de pequeno porte no mercado externo;
- **Aprendendo a Exportar**, ação voltada para o aprendizado dos procedimentos operacionais da exportação;
- **Guia de Comércio Exterior e Investimentos (Invest e Export Brasil)**;
- **Comex Responde**, de solução de dúvidas sobre comércio exterior,
- **Programa Portal Único de Comércio Exterior (Portal Siscomex)**;
- **Sistema para extração de relatórios personalizados sobre os dados do comércio exterior brasileiro – Comex Stat**;
- **Sistema de visualizações interativas sobre os dados do comércio exterior brasileiro – Comex Vis**;
- **Sistema para solução de dúvidas sobre assuntos pertinentes ao comércio exterior brasileiro – Comex Responde**;
- **Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul –SECEM**;
- **Sistemas de divulgação de dados detalhados de comércio exterior de diversos países do mundo – Comtrade e Trade Map**;
- **Programa de Financiamento às Exportações – Proex**;



SF/19991.75507-90



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze

- **Sistema de divulgação de dados de comércio exterior dos países membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) – SICOEX – ALADI;**
- **Acordo de Livre Comércio Mercosul – União Europeia.**

Em que estágio estão as negociações bilaterais (China, EUA, etc) e com blocos, como o Mercosul e países árabes, envolvendo exportações e importações de produtos agropecuários? Que outras oportunidades se apresentam para os produtos brasileiros?

Fundamental destacar, nesse contexto, que, em 28.6.2019, o Mercosul anunciou a assinatura com a União Europeia do **Acordo de Livre Comércio Mercosul – União Europeia**. A partir de agora será iniciado o processo detalhado de negociação e discussão dos processos de concessão e de das tarifas para a ratificação do documento nos parlamentos dos 28 países europeus e no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. Por tratar-se de questões sensíveis para agropecuária nacional, teremos oportunidade de avaliar o andamento das negociações na presente avaliação de política pública.

No âmbito da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SR/MAPA, cumpre conhecer quais são os dados disponíveis dos sistemas de informação a seguir, e como se relacionam com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do agronegócio e do meio rural brasileiro:

- **Sistema de controle de ADIDOS;**
- **Sistema Integrado de Informações Estratégicas de Negociações Internacionais – SIENI;**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze

- **Sistema de Eventos – AGROEVENTOS;**
- **Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro – AGROSTAT.**

Como tais informações se integram às do Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários – SIGVIG, da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA?

Destaque-se ainda a importância de avaliar a atuação da Agência de Promoção de Exportações do Brasil – APEX-Brasil, Serviço Social Autônomo instituído pelo Decreto nº 4.584, de 5 de fevereiro de 2003, seu contrato de gestão com o Ministério das Relações Exteriores, a quem compete avaliação conclusiva sobre os resultados alcançados. Da APEX-Brasil, cumpre ainda avaliar o desempenho do Programa de Qualificação para Exportação (PEIEX), entre outras ações da Agência.

Há acordos dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto Revisada). Estão em andamento negociações de acordos comerciais internacionais, acordos sanitários e fitossanitários, contenciosos agrícolas e deliberações em fóruns bilaterais e multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Qual tem sido o empenho do Governo Brasileiro na participação destes acordos?

E qual é a atuação e quais são as demandas do setor privado, em relação ao apoio do Estado na promoção de exportações? Qual o status e desempenho das negociações não-tarifárias (focadas principalmente no MAPA)



SF/19991.75507-90



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze

e tarifárias (mais pulverizadas entre MRE, MAPA e ME)? Quais as alterações necessárias ao aperfeiçoamento dos marcos regulatórios legal e infralegal?

Por fim, cumpre avaliar quais os desafios e perspectivas decorrentes do recente acordo comercial estabelecido entre o Mercosul e a União Europeia.

São estas, entre outras, questões que pretendemos trazer ao debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

3. ATIVIDADES PROPOSTAS

Para levar a contento a avaliação da Política de Comércio Internacional Agropecuário no País, sugere-se que a CRA realize as seguintes atividades:

- Identificação de atores do setor privado relacionados ao tema;
- Análise da legislação correlata;
- Análise de dados e performance das exportações e importações de produtos agropecuários e agroindustriais;
- Análise da execução orçamentária e financeira dos recursos destinados às ações de apoio às exportações de produtos agropecuários;
- Realização de 6 audiências públicas;
- Realização de eventos no ciclo de palestras pela CRA, e/ou de reuniões técnicas, promovidas pelo gabinete parlamentar da relatoria;
- Ações pelo E-Cidadania (opiniões espontâneas e pesquisa de opinião por meio do Data Senado).





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze

Tendo em vista o prazo regimental para realização da avaliação (maio a novembro de 2019), o relatório final deverá ser apreciado e votado pela Comissão até o final novembro deste ano.

4. CRONOGRAMA DE TRABALHO

Propomos, para consecução das metas apresentadas, a seguinte programação para as próximas reuniões:

Data	Atividade	Convidados	Temas
Julho	Apresentação do Plano de Trabalho e na CRA	Membros da Comissão	Análise do Plano de Trabalho
Agosto	Audiência Pública – O Comércio Exterior na ótica governamental	1. Ministério da Economia 2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) 3. Ministério das Relações Exteriores	Apresentação das atribuições institucionais dos ministérios, das políticas públicas, planos e programas de comércio internacional, sistemas de informação e controle sob sua responsabilidade e seus resultados.
Agosto	Audiência Pública – o papel dos fomentadores públicos de exportação	1. CONAB 2. EMBRAPA 3. IBGE 4. CAMEX 5. APEX-Brasil 6. SEBRAE Nacional	O papel institucional e a atuação das organizações estatais no apoio ao comércio internacional agropecuário: estatísticas, diagnóstico, avaliação e desafios futuros.
Setembro	Audiência Pública – atuação do setor privado no processo de exportação	1. Superintendência de Relações Internacionais da CNA 2. Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes - ABIEC 3. Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados - ABRAFRUTAS.	Recepção das demandas de organizações do setor privado, em relação ao papel do Estado, e sua atuação. Iniciativas do setor privado.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze

		<ol style="list-style-type: none">4. Associação Brasileira da Indústria de Alimentos - ABIA5. Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – ANEC6. Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB	
Setembro	Audiência Pública – contribuição da academia e dos institutos de pesquisa ao dilema da exportação	<ol style="list-style-type: none">1. Centro Estudos em Agronegócio- GVAgro/FGV-EESP2. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP3. Universidade Federal de Viçosa – UFV4. Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada - IPEA	Os estudos e a atuação da academia sobre a pesquisa agropecuária e seus impactos no setor agropecuário exportador e nas cadeias do agronegócio.
Outubro	Audiência Pública – Financiamento e mecanismos de apoio à exportação	<ol style="list-style-type: none">1. Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)2. BNDES3. Banco do Brasil4. Representante de uma Trading, a definir	O financiamento da exportação agropecuária, e seus impactos no setor agropecuário produtivo e nas cadeias do agronegócio.
Outubro	Audiência pública para debater os acordos bilaterais e multilaterais	<ol style="list-style-type: none">1. Ministério das Relações Exteriores - MRE2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA3. Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia	Análise dos acordos bilaterais (China, países árabes, etc) e multilaterais (Mercosul, UE, etc): desempenho passado e desafios para o futuro.
Outubro e Novembro	Reuniões técnicas e elaboração do relatório	Reuniões internas, com técnicos de organizações convidadas para as audiências públicas	Análise, discussão interna e preparação do relatório.



SF/19991.75507-90



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze

Última semana de novembro	Apresentação, discussão e Votação do Relatório Final	Plenário da Comissão	Apresentação, discussão e votação do Relatório Final.
------------------------------------	---	----------------------	---

Sala da Comissão, em 9 de julho de 2019

Senador **LUÍS CARLOS HEINZE**, Relator

CSC



SF/19991.75507-90



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

Última semana de novembro	Apresentação, discussão e Votação do Relatório Final	Plenário da Comissão	Apresentação, discussão e votação do Relatório Final.
------------------------------------	---	----------------------	---



SF/19991.75507-90

Sala da Comissão, em 10 de julho de 2019

Senador **LUÍS CARLOS HEINZE**, Relator

Soraya Throncke
Presidente da CRA

CSC

Página: 10/10 09/07/2019 10:18:31

6e4e72e60b787276db29b7c5a48693f6060413c4





Relatório de Registro de Presença
CRA, 10/07/2019 às 11h - 17ª, Extraordinária
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
DÁRIO BERGER	PRESENTE	1. MARCIO BITTAR	PRESENTE
JADER BARBALHO		2. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO		3. MAILZA GOMES	PRESENTE
LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE	4. MARCELO CASTRO	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
SORAYA THRONICKE	PRESENTE	1. MARA GABRILLI	PRESENTE
LASIER MARTINS	PRESENTE	2. ROSE DE FREITAS	
JUÍZA SELMA	PRESENTE	3. EDUARDO GIRÃO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	4. VAGO	

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	1. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
KÁTIA ABREU		2. VAGO	
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	3. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. TELMÁRIO MOTA	
PAULO ROCHA	PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
LUCAS BARRETO	PRESENTE	1. RODRIGO PACHECO	
SÉRGIO PETECÃO		2. ANGELO CORONEL	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CHICO RODRIGUES	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	2. WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE

Não Membros Presentes

MECIAS DE JESUS
NELSINHO TRAD
FERNANDO BEZERRA COELHO
AROLDE DE OLIVEIRA
MARCOS DO VAL
PAULO PAIM